

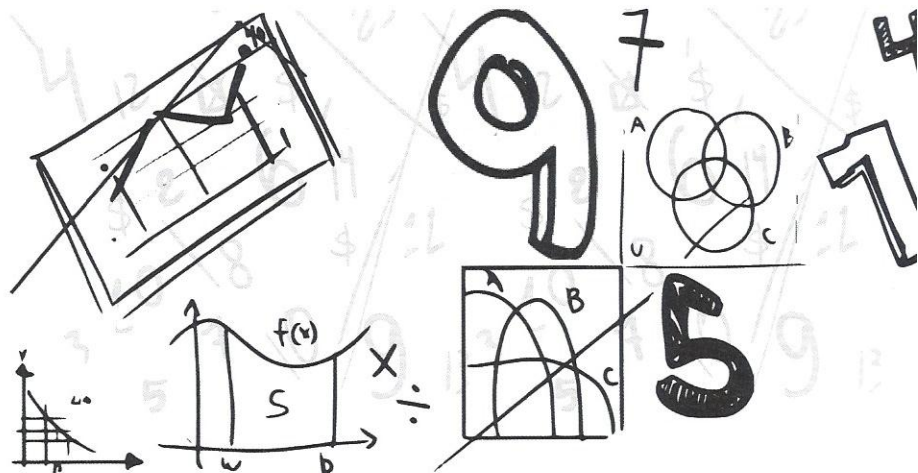
internacional, tendo, por consequência, a busca pela inserção do Brasil no atual contexto de globalização econômica. Após sete anos de tramitação na Câmara dos Deputados e modificação no texto original, foi sancionada a Lei n.º 11.638, que modifica a Lei n.º 6.404/1976.

A Resolução do Conselho Nacional da Educação (CNE) com a Câmara de Educação Superior (CES), número 10, de 16 de dezembro de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Ciências Contábeis. De acordo com o CNE, a descrição dos aspectos curriculares nos projetos pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis deve observar:

- i) perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- ii) componentes curriculares integrantes;
- iii) sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- iv) estágio curricular supervisionado;
- v) atividades complementares;
- vi) monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade;
- vii) regime acadêmico de oferta;
- viii) outros aspectos que tornem consistente o referido projeto.

Quanto às DCNs, os cursos de graduação em Ciências Contábeis devem formar profissionais com as seguintes competências e habilidades:

- (i) utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- (ii) demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- (iii) elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- (iv) aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- (v) desen-



volver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão; (vi) exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania; (vii) desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação; (viii) exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

3. Metodologia

3.1. Classificação da pesquisa, coleta e tratamento dos dados

Este estudo se apoia no método indutivo que, após considerar um número suficiente de casos particulares, extrapola para uma verdade geral. Sobre este método, Gil (1999) menciona que, a partir do particular, o produto posterior do trabalho é a generalização. A pesquisa é classificada como exploratória porque o tema abordado pode ser considerado pouco explorado. Pode, ainda, ser classificada como descritiva por buscar descrever as características de uma população, ou estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002).

A população da pesquisa é constituída dos alunos em fase de conclusão dos cursos de Ciências Contábeis de todo o País. A amostra da população, que pelo seu tamanho foi considerada infinita, foi constituída de forma não probabilística em função de a coleta de dados ter sido realizada diretamente de banco de dados disponibilizados pelo Inep.

É importante ressaltar que os alunos do curso de Ciências Contábeis participaram da edição mais recente do Enade, no ano de 2012. No entanto, os dados referentes a essa edição ainda não estão dispo-